

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Trata o presente administrativo de procedimentos necessários para contratação, por demanda, de serviços de impressão de carteira de identidade funcional - CIF, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e nos requisitos da contratação descritos nos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste documento, com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito da Subsecretaria de Gestão de Pessoal - SUBPES do TCE-RJ, conforme consta no Termo de Referência retificado de peça nº 26.

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, o administrativo foi encaminhado à d. PGT que, em 23.11.23, nos termos do § 4º do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/21, emitiu parecer favorável à contratação direta, no seguinte teor:

“A presente contratação direta tem respaldo no inciso IX do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, haja vista se tratar de serviço prestado por entidade da Administração Pública indireta, criada para esse fim, por preço compatível com aquele praticado no mercado.

O procedimento foi regularmente instaurado aos 30/08/2023, com a apresentação do TR, ETP e análise de riscos.

Por sua vez, a estimativa do valor da contratação levou em consideração a pesquisa de preços entre possíveis fornecedores, pesquisa na internet e também com relação a outros órgãos públicos, em observância aos incisos II, III e IV do §1º do art. 23 do mesmo diploma legal, ensejando a formação de preços constante na peça nº 33.

Por todo o exposto, entendemos que o procedimento realizado atendeu a todos os pressupostos legais, razão pela qual afigura-se juridicamente dentro dos padrões de legalidade a contratação direta em questão, restando aprovado por esta Procuradoria-Geral o exame prévio de legalidade a que se refere o §4º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, pelo que recomendamos o seguimento do feito.” (grifei)

Por conseguinte, também se vê consignado nos autos (peça nº. 44) a anuência da análise jurídica realizada, *in verbis*:

“Estou de acordo com o parecer constante da peça 43, no qual se conclui pela legalidade da contratação direta em questão.” (grifei)

Em face do exposto, comprovada a necessidade da despesa, cumpridas as formalidades legais e emitido o parecer favorável da Procuradoria-Geral deste TCE-RJ, em observância ao disposto nos artigos 53, § 4º, e 72, inc. III, da Lei nº 14.133/2021 encaminho o presente para análise e deliberação, com vistas, a adjudicação do objeto e homologação do resultado, bem como à autorização da despesa por dispensa de licitação, com fulcro no inciso IX do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, para que seja solicitado à CPG as medidas necessárias à emissão de empenho no valor de R\$ 8.850,00 (oito mil, oitocentos e cinquenta reais), em favor da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – IOERJ. – CNPJ nº 28.542.017/0004-32, nos termos da Cotação de Preços apresentada por aquela empresa pública (fl. 3 peça nº 31).

Posteriormente o processo deverá ser destinado à Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos – CGA para adoção das medidas cabíveis.

Alexandre Tenorio Rocha
Assessor
Matrícula 02/3839

À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária –
CPG,

Manifestando-me de acordo com a proposta formulada pela Assessoria desta SUBLIC, verificada a regularidade do procedimento em tela e considerando o parecer favorável da d. Procuradoria, em face da delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, bem como do disposto no art. 72, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, **ADJUDICO** o objeto da contratação pretendida, bem como **HOMOLOGO** o resultado do certame e **AUTORIZO** a despesa por dispensa de licitação, *ex vi* do inciso IX do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com a emissão de empenho no valor de R\$ 8.850,00 (oito mil, oitocentos e cinquenta reais), em favor da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – IOERJ. – CNPJ nº 28.542.017/0004-32, nos termos da Cotação de Preços apresentada por aquela empresa pública (fl. 3 peça nº 31).

Por fim, os autos deverão seguir para a CGA, **recomendendo que sejam atualizadas as certidões de regularidade** e demais providências cabíveis de praxe, em especial a publicação da nota empenho emitida no PNCP, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 72, art. 94, inc. II e art. 174, inciso I, todos da Lei nº 14.133/21. Para tanto, o Termo de Autorização de Fornecimento – TAF deverá ser emitido pelo Serviço de Portaria – SPO/CSS/DSI, com fulcro no item 4.1 do Termo de Referência de peça nº 26¹.

Luiz Carlos de Jesus Silva
SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO
Matrícula 02/4265

¹ **4.DETALHAMENTO DO OBJETO**

4.1 -Conforme a necessidade serão solicitadas as emissões de Unidades de Carteiras de Identidades Funcionais-CIFs, através de Termo de Autorização de Fornecimento-TAF, no qual se mencionará a data para inícios dos serviços e o quantitativo a ser entregue. Este documento será expedido por servidor lotado no Serviço de Portaria-SPO, a ser designado.